

JOÃO AFONSO DOS SANTOS

O ÚLTIMO
DOS COLONOS

Até ao cair da folha



*Aos meus amigos,
os que foram
e os que estão*

Nota preambular

O que se segue é a continuação de *O Último dos Colonos – Entre um e outro mar*. E porque assim é, mantém o título a corpo inteiro, enquanto ao mar saiu do subtítulo, não apenas para que este volume se distinga do anterior, mas porque, com o correr das páginas, deixa de assegurar as ligações a longa distância. De modo exclusivo ou sequer predominante, quero eu dizer. É uma entre outras mudanças que vão marcando, sem disso nos darmos conta, os tempos que esta obra percorre ou toma por referência. Poderá daqui concluir-se que, assim como desapareceu da capa, saiu o mar das nossas vidas? Ora aí está uma ilação precipitada, porque, ao baldear-nos de um para outro lado, sempre o tivemos a dois passos e, no que me diz respeito, ainda o sinto rumorejar nas veias. Hoje, varado em terra, chego a uma janela donde se avista o oceano, rematado na linha do horizonte – a abstracta linha de que fala o poeta – e ouço exclamar ao lado: «muito bonito, não é?» Como uma tela no enquadramento da parede, inflacionando a renda. Bonito, é claro. Mas neutro. Ao longe, componente obrigatória das alegres vilegiaturas, perdeu a ressonância. Não tanto a sacralidade, digamos, mas a dimensão proteica. O mar é também a ideia do mar e essa ideia alimenta-se desde sempre das ansiedades, medos e desgraças, dos alegres prenúncios e descobertas, felizes encontros também. Tudo isso que brota das muitas páginas escritas, encorpando o conceito de uma dimensão humana.

Foi pois pelo mar que o autor, depois de licenciado e casado, embarcou rumo a Lourenço Marques, na companhia de sua mulher, conforme se relatará mais adiante. Não que isso obedecesse a um

plano longamente premeditado, mas por força das circunstâncias. Dizendo isto, digo tudo, sem dizer nada. Na verdade, até que ponto as circunstâncias – assim mencionadas de modo vago – não beneficiarão do contributo da vontade que com elas se desculpa? Ou o seu peso determinista será de tal monta que nenhum esforço individual se lhes pode contrapor? Certo é que embarcámos e aqui já estamos no domínio dos factos, não das lucubrações especulativas. Mas antes de chegar a esse momento, quer dizer, ao momento de marinharmos escada acima até ao portaló do *Moçambique* – lance decisivo, em termos pessoais –, houve que cumprir os anos de formação universitária e, não menos importante, a extra-universitária, cuja alusão deixei em suspenso no findar do tomo anterior. Daí que este volume reserve o primeiro capítulo à relação (benigna) do autor com Coimbra e a Coimbra propriamente dita, moldura quase perfeita dessa idade.

Mas enquadremos o início deste segundo tomo, lançando mão de coordenadas gerais, ainda que breves. Com o fim da guerra de 1939/45 e o retomar gradual da vida sobre os escombros, o planeta acordou diferente. Uma grande mudança – cujo início, bem vistas as coisas, remonta ao conflito de 1914/18 – varreu-o de lado a lado (com ressalva do nosso recanto, onde tudo parecia inalterável) e continuou mudando. Não o mundo físico, geográfico, que também se transforma segundo outra escala, mas o mundo considerado na relação com os poderes sociais e humanos, mais ou menos dominantes, que sobre ele se exercem. As grandes nações europeias emergiram esvaídas do conflito em benefício (a termo) de um novo e mais poderoso actor, fora do perímetro europeu, como hoje melhor se percebe. Consideremos o Império Britânico, em cuja extensão nunca o Sol se punha. Com o eco do último tiro, se não antes, chegou ao fim, embora o desenlace se haja espaçado, conforme as longitudes e latitudes das diferentes parcelas. Acudir à destruição de homens e recursos, do património natural ou construído, em ordem de grandeza nunca vista, com uma dívida pública superior a duzentos por cento do PIB e a população exausta, era tarefa acima das capacidades e sobretudo desajustada do novo quadro de forças saído do conflito. Sim, nada voltaria a ser como dantes nas colónias, protectorados e

demais territórios não metropolitanos de Sua Majestade britânica, o mesmo se passando com outros Estados colonizadores. Além de que, radicadas numa nova supremacia, de natureza industrial, primeiro, de serviços, financeira e tecnológica, depois, se desenhavam outras formas de domínio que dispensam até certo ponto a ocupação física e soberana de possessões exteriores, ressalvadas as exigências de natureza estratégico-militar. A essas pressões vindas de fora, digamos, juntou-se a voz dos povos que em muitos casos suportaram, de armas na mão, os efeitos mais dolorosos da guerra e reivindicavam o princípio dos princípios: decidirem livremente o seu destino. A confluência destas linhas de força, virtuosas umas, outras nem tanto, traduziu-se em novos conceitos e ideias motrizes de incidência universal, tímidas e formais de início, de aplicação concreta e impositiva, com o passar dos anos.

Logo em 26 de Junho de 1945 foi aprovada a Carta das Nações Unidas (ainda a guerra do Pacífico não findara de facto e de direito). Salazar deve ter dado de ombros e feito a típica caramunha, ao soletrar o artigo 73.º na parte que comete aos membros *que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governam completamente a si mesmos, promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento.* «Não é connosco», resmoneou porventura, depois de ter mudado o nome às coisas. A nação portuguesa é *uma irmandade de povos*, os territórios dalém mar são pedaços incindíveis do todo, isto é, da pátria, proposições que com o correr dos anos serão repetidas além dos limites do bom senso. À cautela – porque sempre é melhor estar dentro do que fora – bateu à porta das Nações Unidas para entrarmos. Sem sucesso, no primeiro momento (1946). Nem por isso deu sinais de ficar apreensivo com a exclusão: *Muitas pessoas mostram-se preocupadas com as dificuldades que possam opor-se à entrada de algumas nações para o novo organismo internacional. Se tenho entendido bem o que se pretende, atrevo-me a dizer que não há aí nenhum problema, mas precisamente no inverso. Quero dizer que o difícil não*

é que algumas não possam, mas que não queiram entrar [...], disse, no seu habitual estilo especioso e perifrástico¹.

À data do nosso embarque para Lourenço Marques, esse movimento descolonizador – a sua última vaga, se assim podemos chamar-lhe – era coisa incerta e distante. O núcleo restrito de Estados que formava o novo areópago internacional, criado em substituição da Sociedade das Nações, só aos poucos se alargou e com o alargamento foi-se consolidando o campo reivindicativo e a sua urgência. O equilíbrio de forças continuou, no entanto, a ser favorável ao *statu quo*. Os Estados Unidos da América que, no século precedente, tinham afirmado a vocação expansionista, em nome de um *manifest destiny* cuja imperatividade ainda perdura sob diferentes rótulos e máscaras, encaravam com benevolência a situação colonial. Até que, acicatados pela concorrência do campo político-militar adverso (soviético) e empenhados em dilatar as zonas de influência, ergueram a bandeira da libertação dos povos colonizados e mudaram de política, num prenúncio dos decisivos anos sessenta². Nada indicava todavia que a norma genérica da Carta das Nações Unidas fosse para ser levada à letra, em termos de uma radical alteração da ordem das coisas que, no caso português, sobrevivera ao conflito. Pouco mais de três meses após a nossa chegada a Moçambique, decorrerá a Conferência de Bandung (18 a 24 de Abril de 1955), entre países do então chamado Terceiro Mundo, embora com escassa representação africana (Costa do Ouro – o Gana actual – Etiópia, Egipto, Líbia, Libéria e Sudão). E de modo progressivo e inexorável foi-se cumprindo essa fase evolutiva das sociedades ocupadas e destituídas de soberania, até que chegou a vez das colónias portuguesas.

O período que medeia entre os anos seguintes à Segunda Guerra Mundial – mais precisamente desde 1947 – e o regresso definitivo do autor a Portugal, no fim do terceiro trimestre de 1975 (um ano depois de celebrado o Acordo de Lusaca sobre a independência de Moçambique), é o tempo deste livro, embora o relato possa saltar fora desses

¹ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, discurso de 18.5.1945, Coimbra Editora, vol. IV, p. 110.

² António José Telo, *As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal*, Revista de História das Ideias, vol. 16 (1994), pp. 347 e ss.

limites, levado pelo impulso rememorativo e ponderativo. Como se sabe, a mente entregue ao seu labor até certo ponto prodigioso, dando voltas e laçadas aqui e indo buscar pontos de apoio acolá, urdindo nós e carreiras adiante e regressando por vezes atrás, com que vai fabricando a fina teia da lembrança, é com frequência isto mesmo: descontínua, fragmentada, desviante e cronologicamente instável. Mas a este respeito já se disse o que havia a dizer no primeiro tomo.

Impressões e rememorações eis o caroço deste livro, como foi do anterior. Mas as impressões e rememorações não dispensam os factos gerais de que em grande medida se alimentam, para mais que os sucedidos no declinar do volume alteraram a História e o destino dos dois povos envolvidos. De modo que sucederá, por vezes, aludir o autor a esses acontecimentos, de forma despreziosa, breve e naturalmente incompleta. E, do mesmo modo, aludirá a uma ou outra atitude que assumiu dentro dos contextos, quer integrado em comportamentos colectivos (com os companheiros da altura), quer individualmente. Não significa isto que confira a essas atitudes mais importância do que tiveram e foi pequena. Simplesmente as memórias passam também por aí e estranho seria que as deixasse em branco.

Sem grande exigência de ordem historicista, estas notas incluem, pois, um ou outro apontamento breve a respeito de momentos políticos relevantes, uma vez que – repete-se – fazem parte da experiência vivida de todos quantos por eles passaram, incluindo o narrador. Apontamentos nem sempre concordantes, diga-se desde já, com versões que fazem parte de uma vulgata posta a circular, beneficiando do súbito afundamento da antiga ordem colonial e do terreno raso que se instalou a seguir (estou a referir-me, claro está, ao domínio historiográfico). Por outro lado, Moçambique fica longe e os eventos da fase imediatamente anterior e subsequente à independência, também eles algo distantes, surgem envoltos numa névoa que só a investigação histórica dissipará. O pragmatismo que entretanto se instalou, marca-d'água dos dias que correm, dá a sua ajuda. Quem, na antiga colónia (e também de algum modo em Portugal) ocupa hoje o proscénio, mostra-se mais interessado numa verdade *actualizada* dos factos, quer dizer, que não destoe dos tempos de hoje e do papel que neles desempenham. Acresce que os protagonistas ou

testemunhas da fase anterior à independência, com destaque para a oposição branca – utilizo a classificação do Arquivo Histórico de Moçambique – são quase todos falecidos e os que sobram, abstêm-se de tomar a palavra, admitindo que disponham de condições para o fazer. Em anexo, reproduzem-se textos que sustentam umas poucas afirmações discrepantes, para que se não diga que se trata de mais uma divagação subjectiva.